

04/10/16, 15:59

Audiência pública no TCE discute criação da Fundação Piauí Previdência



Imprimir

Confira também

Sistema virtual dos servidores moderniza previdência do Piauí

Após de 12 anos, Piauí unifica informações da Previdência Estadual

Executivo, Legislativo e Judiciário devem R\$ 24 milhões à Previdência

Governo manda conta da previdência para TJ, MPE, TCE



Tesouro Direto

Tesouro Direto Rende Mais que a Poupança. Faça Uma Simulação e Invista Agora!

easynvest.com.br



O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) realizou nesta terça-feira (4) audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 47/2016, que cria a Fundação Piauí Previdência, órgão que vai gerir o Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Piauí (RPPS). O projeto está em tramitação na Assembleia Legislativa. A realização da audiência atendeu a solicitação do Sinte-PI (Sindicato dos Trabalhadores na Educação do Estado do Piauí) e outras entidades que representam servidores públicos.

A audiência foi presidida pelo vice-presidente do TCE-PI, conselheiro Olavo Rebelo. Participaram representantes do Governo do Estado, do Sinte-PI e outras entidades sindicais, da OAB-PI (Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Piauí), do Tribunal de Contas da União (TCU), da Associação Piauiense de Municípios (APPM) e da Universidade Federal do Piauí. Foram convidados ainda a Assembleia Legislativa e a Procuradoria Geral do Estado. As entidades de servidores cobram mais transparência e participação nas discussões em torno do projeto.

A principal preocupação é quanto à preservação dos direitos dos trabalhadores e do patrimônio das secretarias e órgãos do Estado que serão afetadas pela criação da Fundação. O Projeto de Lei prevê a transferência de imóveis das secretarias de Educação e de Saúde para a Fundação, para capitalização do Fundo Previdenciário a partir do aluguel dos prédios. O Fundo Previdenciário também será capitalizado com venda de terras e receitas da exploração de minérios e de outros recursos naturais do

Estado.

A finalidade é conter o déficit previdenciário crescente na previdência estadual. O superintendente de Previdência do Estado, Marcos Steiner, disse que o Piauí paga hoje em torno de R\$ 100 milhões de benefícios previdenciários por mês, mas arrecada apenas cerca de R\$ 40 milhões, perfazendo um déficit mensal de R\$ 60 milhões. Segundo ele, o déficit anual hoje é de cerca de R\$ 740 milhões e deverá atingir R\$ 1 bilhão no final do ano. "Se não adotarmos providências agora, o sistema previdenciário estará completamente inviável daqui a alguns anos", alertou.

Representantes das entidades e conselheiros do TCE-PI apresentaram propostas de ajuste e adequação do Projeto de Lei, para que ele seja aperfeiçoado. A conselheira Lillian Martins, da Comissão de RPPS do TCE-PI, disse que o relatório da audiência será encaminhado ao Poder Executivo e à Assembleia Legislativa, para as providências devidas. O conselheiro Olavo Rebelo disse que a audiência demonstra a confiança que as entidades sindicais e órgãos do Governo depositam no TCE-PI como órgão mediador das demandas sociais e do Estado.

"Nós que fazemos o TCE-PI sentimos cada vez mais a necessidade de uma maior aproximação com a sociedade. Neste sentido, estaremos sempre à disposição dos diversos setores para contribuir com a busca de solução para as demandas", disse Olavo Rebelo. Participaram ainda da audiência os conselheiros Kennedy Barros, Valtânia Alvarenga e Kleber Eulálio, os conselheiros-substitutos Jaylson Campelo e Jackson Veras, e o procurador-geral do Ministério Público de Contas, Plínio Valente.

Da Redação
redacao@cidadeverde.com

TAGS: TCE previdência

TCE-PI recomenda alterações na Previdência do Estado

clique para ampliar 



Audiência pública no TCE-PI sobre a Fundação Piauí Previdência: mudanças para aperfeiçoar projeto de lei

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) vai encaminhar ao Governo do Estado e à Assembleia Legislativa do Piauí um documento propondo alterações no Projeto de Lei nº 47/2016, que cria a Fundação Piauí Previdência, órgão que vai gerir o Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Piauí (RPPS). Entre as mudanças a serem incluídas no projeto está a criação de um conselho gestor do RPPS com representantes dos servidores públicos.

As alterações têm por objetivo esclarecer pontos do projeto que ainda geram dúvidas entre os servidores e dar mais transparência à criação e implantação da Fundação Piauí Previdência. E foram discutidas ontem em audiência pública realizada no TCE-PI para debater o projeto de lei, que está em tramitação na Assembleia Legislativa. A audiência atendeu a solicitação do Sinte-PI (Sindicato dos Trabalhadores na Educação do Estado do Piauí) e outras entidades que representam servidores públicos.

A audiência foi presidida pelo vice-presidente do TCE-PI, conselheiro Olavo Rebelo. Participaram representantes do Governo do Estado, do Sinte-PI e outras entidades sindicais, da OAB-PI

(Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Piauí), do Tribunal de Contas da União (TCU), da Associação Piauiense de Municípios (APPM) e da Universidade Federal do Piauí. Foram convidados ainda a Assembleia Legislativa e a Procuradoria Geral do Estado.

A conselheira Lílian Martins, da Comissão de RPPS do TCE-PI, disse que o relatório da audiência será encaminhado ao Poder Executivo e à Assembleia Legislativa, para as providências devidas. As entidades de servidores cobram mais transparência e participação nas discussões em torno do projeto. A principal preocupação é quanto à preservação dos direitos dos trabalhadores e do patrimônio das secretarias e órgãos do Estado que serão afetadas pela criação da Fundação.

O Projeto de Lei prevê a transferência de imóveis das secretarias de Educação e de Saúde para a Fundação, para capitalização do Fundo Previdenciário a partir do aluguel dos prédios. O Fundo Previdenciário também será capitalizado com venda de terras e receitas da exploração de minérios e de outros recursos naturais do Estado. A finalidade é conter o déficit previdenciário crescente na previdência estadual.

Link: <http://www.diariodopovo-pi.com.br/Noticias.aspx?categoria=Pol%C3%ADtica>

TCE realiza audiência pública sobre criação da Fundação Piauí Previdência

A audiência foi presidida pelo vice-presidente do TCE-PI, conselheiro Olavo Rebelo

 Curtir 0  Tweet  G+1 0  Compartilhar  



O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) realizou nesta terça-feira (4) audiência pública para debater o [Projeto](#) de Lei nº 47/2016, que cria a Fundação Piauí Previdência, órgão que vai gerir o Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Piauí (RPPS). O projeto está em tramitação na Assembleia Legislativa. A realização da audiência atendeu a solicitação do Sinte-PI (Sindicato dos Trabalhadores na Educação do Estado do Piauí) e outras entidades que representam servidores públicos.

A audiência foi presidida pelo vice-presidente do TCE-PI, conselheiro Olavo Rebelo. Participaram representantes do Governo do Estado, do Sinte-PI e outras entidades sindicais, da OAB-PI (Ordem dos Advogados do [Brasil](#), seccional Piauí), do Tribunal de Contas da União (TCU), da Associação Piauiense de Municípios (APPM) e da Universidade Federal do Piauí. Foram convidados ainda a Assembleia Legislativa e a Procuradoria Geral do Estado. As entidades de servidores cobram mais transparência e participação nas discussões em torno do projeto.

A principal preocupação é quanto à preservação dos direitos dos trabalhadores e do patrimônio das secretarias e órgãos do Estado que serão afetadas pela criação da Fundação. O Projeto de Lei prevê a transferência de imóveis das secretarias de Educação e de Saúde para a Fundação, para capitalização do Fundo Previdenciário a partir do aluguel dos prédios. O Fundo Previdenciário também será capitalizado com venda de terras e receitas da exploração de minérios e de outros recursos naturais do Estado.

A finalidade é conter o déficit previdenciário crescente na previdência estadual. O superintendente de Previdência do Estado, Marcos Steiner, disse que o Piauí paga hoje em torno de R\$ 100 milhões de benefícios previdenciários por mês, mas arrecada apenas cerca de R\$ 40 milhões, perfazendo um déficit mensal de R\$ 60 milhões. Segundo ele, o déficit anual hoje é de cerca de R\$ 740 milhões e deverá atingir R\$ 1 bilhão no final do ano. "Se não adotarmos providências agora, o sistema previdenciário estará completamente inviável daqui a alguns anos", alertou.



Representantes das entidades e conselheiros do TCE-PI apresentaram propostas de ajuste e adequação do Projeto de Lei, para que ele seja aperfeiçoado. A conselheira Lílian Martins, da Comissão de RPPS do TCE-PI, disse que o relatório da audiência será encaminhado ao Poder Executivo e à Assembleia Legislativa, para as providências devidas. O conselheiro Olavo Rebelo disse que a audiência demonstra a confiança que as entidades sindicais e órgãos do Governo depositam no TCE-PI como órgão mediador das demandas sociais e do Estado.

"Nós que fazemos o TCE-PI sentimos cada vez mais a necessidade de uma maior aproximação com a sociedade. Neste sentido, estaremos sempre à disposição dos diversos setores para contribuir com a busca de solução para as demandas", disse Olavo Rebelo. Participaram ainda da audiência os conselheiros Kennedy Barros, Valtânia Alvarenga e Kleber Eulálio, os conselheiros-substitutos Jaylson Campelo e Jackson Veras, e o procurador-geral do Ministério Público de Contas, Plínio Valente.

Fonte: Com informações da Assessoria

Link:<http://180graus.com/noticias/tce-realiza-audiencia-publica-sobre-criacao-da-fundacao-piaui-previdencia>

TCE reprova prestação de contas do ex-vereador José Ivan

No julgamento foram encontradas várias irregularidades como a ausência de 10 peças componentes das prestações de contas e emissão de cheques sem fundos.

BÁRBARA RODRIGUES

05/10/2016 @ 09h26



O Tribunal de Contas do Estado (TCE) reprovou a prestação de contas da Câmara Municipal de Currais referente ao exercício de 2012, na gestão de José Ivan Oliveira da Silva. A decisão é do dia 14 de setembro.

No julgamento foram encontradas várias irregularidades como a intempestividade no envio das prestações de contas mensais, ausência de 10 peças componentes das prestações de contas, emissão de cheques, sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado, pagamentos de diárias abusivas à tesoureira da Câmara e contratação direta de serviços contábeis sem justificar inexigibilidade.



Os conselheiros decidiram de forma unânime reprovar as contas da Câmara de Currais de 2012 e aplicar multa ao ex-presidente José Ivan Oliveira da Silva no valor correspondente a 500 UFR-PI, a ser recolhida ao Fundo de Modernização do Tribunal de Contas (FMTC), no prazo de 30 dias, após o trânsito em julgado da decisão.

Também determinaram que o promotor de Justiça que atende a região seja informado sobre o caso, para que sejam tomadas as devidas providências. Participaram do julgamento os conselheiros Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, Lillian de Almeida Veloso Nunes Martins Jackson Nobre Veras e Alisson Felipe de Araújo.

MAIS CONTEÚDO SOBRE:

[Tribunal de Contas do Estado do Piauí](#)

TCE recomenda reprovação de contas do ex-prefeito Fonseca

A decisão unânime se deu em concordância com o parecer do Ministério Público de Contas.

RAYANE TRAJANO

05/10/2016 @ 08h00

 Compartilhe no Facebook

 Compartilhe no Twitter

 Compartilhe no Google+

 Enviar por E-mail

 Mais opções

O Tribunal de Contas do Piauí emitiu parecer prévio pela reprovação das contas do ex-prefeito de Currais, Joaquim Aristeu Fonseca, no exercício financeiro de 2012. A decisão unânime ocorreu em sessão ordinária na Segunda Câmara no dia 14 de setembro.

Entre as irregularidades encontradas está o atraso no envio do planejamento governamental, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual; Intempestividade no envio do Balanço Geral; Descumprimento da aplicação anual do mínimo de 25% da receita resultante de impostos, compreendida as provenientes de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino; Descumprimento do limite mínimo de 60% dos recursos do FUNDEB com pagamentos dos professores, na educação básica e Irregularidades no registro contábil.

A decisão unânime se deu em concordância com o parecer do Ministério Público de Contas. A corte decidiu também comunicar à Procuradoria Geral de Justiça e ao Promotor de Justiça da Comarca, a fim de que sejam tomadas as cabíveis providências, no âmbito de suas atribuições, nos termos e pelos fundamentos expostos no voto da Relatora.

Outro lado

O ex-prefeito Joaquim Aristeu não foi localizado para comentar o caso.

Link:<http://www.gp1.com.br/noticias/tce-recomenda-reprovacao-de-contas-do-ex-prefeito-fonseca-402328.html>

Prefeito Pé Trocado é denunciado ao Tribunal de Contas do Estado

A relatora do caso será a conselheira Waltânia Alvarenga. No dia 28 de setembro, ela determinou que o prefeito seja citado, para que apresente justificativa sobre a denúncia.

BÁRBARA RODRIGUES

04/10/2016 @ 09h29 - atualizado @ 09h44



Compartilhe no Facebook



Compartilhe no Twitter



Compartilhe no Google+



Enviar por E-mail



Mais opções

Foto: Reprodução



Prefeito Pé Trocado

O prefeito de Sussuapara, Edvarado Antônio da Rocha, mais conhecido como "Pé Trocado" foi denunciado ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) pelo servidor público Raimundo José dos Santos. A denúncia é do dia 23 de setembro.

O denunciante explica que é servidor público concursado desde 1997, exercendo o cargo de serviços diversos, mas que desde 2015 está afastado das suas funções sem receber qualquer renumeração. No entanto, ao conferir as prestações de contas referentes aos anos de 2015 e 2016 da prefeitura de Sussuapara, ele disse ter percebido que o seu nome está constando na lista de servidores como se estivesse recebendo mensalmente seus vencimentos, o que ele alega que não é verdade.

"A prestação de contas, pelo menos com relação ao pagamento do representante, está se dando de forma ilegal, vez que o representante não está percebendo seu vencimento, até porque não está trabalhando. Entretanto, tal verba está sendo contabilizada nas respectivas prestações de contas, havendo assim, desvio de finalidade, sugerindo que alguém esteja percebendo tal verba em nome do representante", explicou o denunciante.

"A prestação de contas, pelo menos com relação ao pagamento do representante, está se dando de forma ilegal, vez que o representante não está percebendo seu vencimento, até porque não está trabalhando. Entretanto, tal verba está sendo contabilizada nas respectivas prestações de contas, havendo assim, desvio de finalidade, sugerindo que alguém esteja percebendo tal verba em nome do representante", explicou o denunciante.

A relatora do caso será a conselheira Waltânia Alvarenga. No dia 28 de setembro, ela determinou que o prefeito seja citado, para que apresente justificativa e toda a documentação necessária em relação a sua defesa.

Outro lado

Procurado, o prefeito não foi localizado para comentar o caso.

MAIS CONTEÚDO SOBRE:

Pé Trocado

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/prefeito-pe-trocado-e-denunciado-ao-tribunal-de-contas-do-estado-402268.html>